



**João Calado Guerreiro**  
Advogado

**Negócios à parte** | "A situação do Porto é parecida com a da Juventus mas enquanto que o Porto não vai à Liga dos Campeões se não ganhar o recurso, a Juventus, sofreu muito menos, não sendo privada de participar nas competições europeias"

## A Operação Furacão e o Apito Final

O Comité de Controlo e Disciplina da UEFA excluiu o Futebol Clube do Porto da próxima edição da Liga dos Campeões. A decisão, de que o Porto deverá recorrer – escrevo a 8 de Junho – resulta da condenação do Porto por corrupção pela Liga Portuguesa de Futebol Profissional. O afastamento do FC Porto da Liga dos Campeões vai enfraquecer o clube. A perda de receitas directas e indirectas – valorização de jogadores, por ex. – será muito grande. Não interessa aqui discutir se os órgãos da Liga Portuguesa tiveram ou não razão e se o FC Porto é ou não culpado. Aquilo que é interessante analisar é algo que é frequentemente esquecido pelos reguladores portugueses, sejam estas autoridades desportivas ou outras. Ou seja, sempre que as autoridades portuguesas lançam processos ou acusações contra as empresas nacionais, as consequências fazem-se sentir em Portugal e no estrangeiro. E, como a concorrência é feroz e nos países mais desenvolvidos há verdadeiras alianças entre os respectivos governos e as empresas nacionais, sempre que as autoridades portuguesas atacam uma empresa em Portugal esta também sofre no estrangeiro. E sofre muito, como se vê pelo Porto.

É também importante perceber que porque Portugal é um mercado menos importante que outros, a sanção aplicada às empresas portuguesas no estrangeiro é maior. A situação do Porto é parecida com a da Juventus mas enquanto que o Por-

to não vai à Liga dos Campeões se não ganhar o recurso, a Juventus, sofreu muito menos, não sendo privada de participar nas competições europeias. Isto por uma razão muito simples: a Itália é um grande mercado e Portugal é pequeno. Nada melhor que usar o Porto para dar o exemplo. É nada melhor que usar as empresas dos países pequenos para dar outros exemplos. Nomeadamente aquelas que vêm de países, como Portugal, onde as autoridades, acusam quase todos de fazerem ilegalidades. Lançando sistematicamente suspeições sobre as empresas e os empresários.

A verdade é que quando as autoridades portuguesas investigam na Operação Furacão, um grande numero de empresas portuguesas, que acusam de evasão fiscal, estão a indicar às autoridades de outros países que estas empresas são bons alvos para atacar. E, como se viu pelas investigações das autoridades espanholas ao BES, estas não se fazem rogadas e aproveitam. E, claro, o Governo português não tem peso político para defender as empresas portuguesas. Não somos os EUA nem a Espanha, somos um pequeno país. A Holanda, a Áustria ou a Suécia nunca se lembrariam de fazer um processo e acusar de evasão fiscal um grupo de empresas que inclui quase todas as grandes empresas nacionais, como é o caso da Operação Furacão.

Os jornais têm escrito que a Operação Furacão recuperou cerca de 50 milhões de euros. Tenho dúvidas se isso chega-

rá para pagar os meios utilizados na investigação criminal mas tenho a certeza que o custo para os portugueses, em empregos e investimento estrangeiro perdido, é muitíssimo superior. Dezenas ou centenas de vezes superior.

Com isto não quero dizer que as investigações não devam ser feitas. Pelo contrário, sou altamente favorável ao cumprimento da legalidade por todos, pobres ou ricos, pequenos ou grandes. Agora, uma investigação ou um processo contra uma empresa tem de ser efectuada discretamente e de forma ponderada. O que até facilita a investigação. Não se pode atacar todo um sector da economia, ou vários, tem de ser caso a caso. E o processo tem de ser rápido, com decisões equilibradas. E os tribunais têm de decidir depressa. No caso da Operação Furacão já lá vão anos e o processo nem sequer chegou a tribunal.

O caso do FC Porto é exemplar: o mundo é global, as receitas realizadas com a Europa são indispensáveis. Se as autoridades nos põem dificuldades em casa, os nossos concorrentes internacionais vão aproveitar.

O Estado tem de regular e fiscalizar as empresas e a economia. Mas tem de o fazer depressa, de forma justa, discreta e equilibrada. Para ganhar tostões não podemos perder milhões. A lei é para cumprir mas a justiça não deve ser cega. Somos demasiado pobres para nos dar ao luxo de fazer disparates. ▶